

## **PODE O CONTEXTUALISMO OFERECER UMA RESPOSTA AO PROBLEMA DO REGRESSO EPISTÊMICO?**

Tiegue Vieira Rodrigues  
*Universidade Federal do Mato Grosso*

**Resumo:** Neste artigo, apresentamos uma versão de uma teoria que eu chamarei de *Contextualismo Epistêmico* – a visão de que o contexto e os padrões determinados por ele desempenham um papel central na avaliação de se um agente epistêmico tem, ou não, justificação e, portanto, conhecimento – para tentar resolver um dos problemas mais influentes em epistemologia, a saber, o Problema do Regresso epistêmico. O primeiro passo será o de caracterizar o problema do regresso epistêmico. Em seguida, apresentaremos uma importante distinção que é útil para um melhor entendimento da nossa tese, isto é, a distinção entre justificação proposicional e doxástica. Então, abordaremos as visões tradicionais que supostamente alegam resolver este problema, mostrando que todas são problemáticas. Por fim, apresentaremos a visão que pretendemos defender, mostrando como ela pode oferecer uma resposta ao problema do regresso epistêmico, de uma maneira que as outras visões não podem.

**Palavras-chave:** Regresso Epistêmico, Justificação, Conhecimento, Contextualismo Epistêmico.

**Abstract:** In this paper we present a version of a theory that we will call *Epistemic Contextualism* - the view that the context and the standards that it determines, play a central role in evaluating whether, or not, a subject has justification, and therefore knowledge - to try to solve one of the most influential problems in epistemology, namely, the Epistemic Regress Problem. The first step will be to characterize the epistemic regress problem. Next, we present an important distinction that is useful to a better understanding of our view, that is, the distinction between propositional and doxastic justification. Then, we present traditional views that allegedly claim to solve this problem showing that all are problematic. The final step concerns the exposition of the view we want to defend, showing how it can solve the epistemic regress problem in a way that the other views cannot.

**Keywords:** Epistemic Regress, Justification, Knowledge, Epistemic Contextualism.

## O problema do Regresso Epistêmico

Na busca pelas condições que regem o processo de justificação (ou racionalidade) um problema central que se apresenta – talvez um dos maiores problemas em epistemologia juntamente com o problema do ceticismo – é o conhecido problema do Regresso Epistêmico.<sup>1</sup> Normalmente alegamos que uma crença é racional (justificada) para um determinado sujeito quando ele crê com base em boas razões, razões que suportam adequadamente crenças a ela relacionadas, conferindo-lhes a justificação necessária. A formatação que essa cadeia de razões deveria ter oportuniza a formulação do argumento do regresso. Corroboramos com a afirmação, feita por Laurence Bonjour, de que a discussão acerca do regresso epistêmico seja “talvez a mais crucial de toda a teoria do conhecimento”.<sup>2</sup> Acredito essencialmente que a grande maioria, se não todas, as teorias sobre justificação epistêmica foram motivadas de alguma maneira por este problema.<sup>3</sup>

A elaboração deste problema remonta a antiguidade, enquanto alguns atribuem a Aristóteles outros atribuem a Sexto Empírico. De qualquer modo, este problema foi reafirmado por Agripa, ficando conhecido também como Trilema de Agripa. Embora este problema seja um dos mais antigos problemas epistemológicos, sua resolução ainda é motivo de grande debate. Uma resposta apropriada para o problema do regresso, como o entendemos, deveria ser capaz de explicar (i) quando e de que forma é apropriado interromper (ou parar) o regresso e (ii) qual seria o grau adequado de justificação para o conhecimento.

O argumento do regresso ressalta que aquilo que faz com que uma crença seja justificada, ao menos nos casos típicos que podem ser enquadrados dentro de uma análise tradicional do conhecimento, são outras crenças e estas, por sua vez, também necessitariam de justificação. Assim, tal argumento pode ser entendido da seguinte maneira: imagine que um sujeito, S, crê que P, uma proposição empírica qualquer. Para manter sua crença, de que P, S precisaria oferecer uma boa razão, digamos R, em favor de P. No entanto, R, para contar como uma boa razão para P, também precisaria, ela mesma, de uma razão, digamos R<sub>2</sub>, e, assim, sucessivamente *ad infinitum*.

---

<sup>1</sup> Acreditamos que esse rótulo na verdade não é adequado, pois não captura a essência do problema. Esse rótulo pode ser compreendido como motivação para uma tese específica (Fundacionalista) contra outra tese (Infinitista) no que se refere ao problema da estrutura das justificações.

<sup>2</sup> “Perhaps the most crucial in the entire theory of knowledge” (BONJOUR, 1985, p. 18). Todas as traduções são nossas.

<sup>3</sup> Robert Audi aponta para a importância do problema do regresso epistêmico “na motivação de ambos fundacionalismo e coerentismo”. (AUDI, 1993, p.10).

Uma importante observação, pela qual o argumento tem seu início, é de que a justificação, ou seja, aquilo que torna uma crença justificada nada mais é, em casos normais, do que outras crenças, ou, dito de outro modo, simplesmente razões. Focando o pensamento de maneira mais aguda nessa observação é que o problema começa a aparecer. Ao percebermos o fato de que a justificação para uma crença são razões (ou outras crenças) e que estas razões, elas mesmas, não possuem justificação é possível perceber que as crenças que dependem destas razões para estarem justificadas se encontram numa posição semelhante àquelas crenças que não possuem justificação alguma, a saber, não estarem justificadas.

Algumas distinções terminológicas se fazem necessárias para que se compreenda melhor o que recém foi colocado. Ao longo da tradição, dito num sentido lógico, dois são os tipos possíveis para crenças justificadas, a saber, crenças justificadas inferencialmente e crenças justificadas não-inferencialmente (ou imediatamente justificadas, ou básicas). Crenças justificadas inferencialmente são aquelas crenças cuja justificação dependerá de outras crenças. Contrariamente, crenças justificadas não-inferencialmente não dependem de outras crenças para obterem seu status de justificadas. Crenças inferenciais também são freqüentemente pensadas analogamente como formando uma cadeia ou corrente de razões, isto é, uma estrutura seqüencial de crenças em que cada uma das crenças é justificada pela sua predecessora. Um exemplo poderia ser representado da seguinte maneira (onde C representa a minha crença que necessita de justificação, R representam as (crenças) razões em favor de C e a flecha representa a relação de suporte inferencial entre as razões): C R1 R2 R3 R4 R5 R6 R7 R<sub>N</sub>.

Tradicionalmente, existem três formas estruturais principais nas quais estas cadeias de razões poderiam ser consideradas. A primeira forma seria uma seqüência infinita de razões em que para cada passo haveria uma razão anterior. Porém, poderíamos nos perguntar sobre a possibilidade de haver uma cadeia infinita de crenças justificadas. A segunda cadeia consistiria em uma seqüência circular, assim, caso as razões pudessem ser rastreadas apropriadamente, eventualmente poderíamos encontrar a própria crença que deu início a cadeia. Mas, como poderia uma crença ser justificada se sua justificação depende dela mesma (*petitio principii*)? A terceira seria uma cadeia de razões que realmente possuiria um início e este se daria mediante crenças básicas. No entanto, poderíamos questionar a possibilidade de uma crença ser justificada sem o suporte de outras crenças. Uma quarta forma que ainda poderia ser descrita versa sobre uma cadeia de razões em que a crença inicial seria uma crença injustificada. Contudo, também seria problemático e não faria nenhum sentido pensar em crenças justificadas se as crenças que lhes dão suporte são elas mesmas injustificadas.

O fato de que nenhuma teoria, das quais veremos mais adiante, parece ser capaz de oferecer uma resposta adequada para o problema do regresso se deve ao fato de que, no meu entendimento, o problema do regresso é melhor compreendido como sendo uma questão de ordem prática, mais precisamente, uma questão de como agentes epistêmicos responsáveis deveriam responder ao problema.<sup>4</sup> Assim, independente de qual teoria sobre justificação proposicional adotarmos, parece que apenas uma forma de teoria sobre justificação doxástica seria adequada para uma resolução do problema que estamos tratando aqui. Esta perspectiva deve, obrigatoriamente, levar em consideração o caráter social da justificação, bem como os padrões de justificação socialmente empregados.<sup>5</sup> Veremos a seguir uma diferenciação entre esses dois tipos de justificação.

### **1 – Justificação Proposicional e Justificação Doxástica**

Epistemólogos tradicionalmente distinguem justificação proposicional de justificação doxástica, contudo, pretende-se demonstrar qual a relação compartilhada entre estes dois tipos de justificação. Justificação proposicional é a justificação referente aos conteúdos proposicionais de estados de crença. Assim, ela implica uma propriedade epistêmica relativa às proposições e não aos estados de crença. Por outro lado, justificação doxástica é a justificação concedida para crenças, mais precisamente estados de crença. consideremos o exemplo a seguir.

Imaginemos dois jurados, Sr. Sabetudo e Sra. Sabenada, deliberando sobre o caso do goleiro Bruno. Ambos os jurados tem cumprido seu papel e prestado muita atenção em todas as evidências apresentadas no julgamento. Assim, ambos os jurados possuem boas razões para acreditar que Bruno é culpado, o que de fato ele é. Agora, suponha que o Sr. Sabetudo crê na culpa de Bruno com base nas evidências apresentadas no decorrer do julgamento e a Sra. Sabenada, apesar de possuir as mesmas evidências, crê na culpa de Bruno simplesmente porque ele parece suspeito. Neste caso, o Sr. Sabetudo sabe que Bruno é culpado, enquanto que a Sra. Sabenada não. A diferença entre os dois jurados é que o Sr. Sabetudo crê na culpa de Bruno com base nas boas evidências que ele possui, enquanto que a Sra. Sabenada não, pois

---

<sup>4</sup> Uma exposição completa sobre uma visão sobre responsabilidade epistêmica esta muito além das nossas pretensões nesse texto. Contudo, estarei considerando que um agente epistêmico atua com responsabilidade epistêmica quando esses agentes examinaram cuidadosamente suas crenças a fim de determinar quais, no caso de haver alguma, são dignas de serem mantidas no seu sistema de crenças.

<sup>5</sup> Ver COHEN, 1987, e ANNIS (1978) para uma defesa da importância que fatores sociais desempenham na determinação da justificação e do conhecimento.

ela crê na culpa do réu baseada na mera suposição e não com base nas boas evidências que ela também possui.

Este exemplo ilustra uma ampla e difundida visão, a saber, de que a relação de apoio (suporte evidencial) é o que distingue justificação proposicional de justificação doxástica.<sup>6</sup> Para ambos os jurados, a proposição “Bruno é culpado” é justificada proposicionalmente, pois ambos possuem boas razões, evidências, para crer que o réu é culpado. No entanto, somente o Sr. Sabetudo está justificado doxasticamente em crer na proposição “Bruno é culpado”, pois, diferentemente da Sra. Sabenada, sua crença é formada e baseada nas razões que ele possui. Conhecimento requer justificação doxástica e isso explica o motivo pelo qual o Sr. Sabetudo sabe que “Bruno é culpado” e a Sra. Sabenada não.

Para uma grande variedade de epistemólogos, e que poderíamos chamar de visão padrão, o exemplo mencionado parece suportar a seguinte tese: se P é justificada proposicionalmente para S devido ao fato de S possuir boa evidência R, e S crê que P com base nessa evidência R, então a crença de S em P é justificada doxasticamente. Vejamos alguns exemplos de autores que parecem endossar esta tese.

Feldman afirma: “A crença de S de que P no tempo T é [doxasticamente] justificada se e somente se (i) crer que P é justificado para S em T; (ii) S crê que P com base em evidência que suporta P”.<sup>7</sup> Jonathan Knaving comenta que a “justificação doxástica é o que você adquire quando você acredita em algo para o qual você possui justificação proposicional, e você baseia sua crença naquilo [razões] que proposicional mente a justifica”.<sup>8</sup> John Pollock e Joseph Cruz também descrevem algo parecido: “Para se estar justificado em crer em alguma coisa não é meramente suficiente ter boa justificação. alguém poderia ter boa justificação a sua disposição, mas nunca fazer a conexão. [Neste caso] o que está faltando é que você não acredita na conclusão com base naquelas [boas] razões”.<sup>9</sup> Willian Alston também parece afirmar algo semelhante, embora haja uma pequena diferença terminológica. Ele distingue entre “ter fundamento adequado” e crer “com base nesse fundamento adequado”. Ele alega ainda que “é conceitualmente verdadeiro que alguém esteja justificado em crer que P se e somente se sua crença de que P é baseada em um fundamento adequado”.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> Existem diferentes maneiras de distinguir estes termos. Alguns utilizam crença ‘justificável’ contra crença ‘Justificada’, ou ainda, ‘estar em posição de crer justificadamente’ contra ‘crer justificadamente’.

<sup>7</sup> FELDMAN (2002, 2004) e FELDMAN & CONEE (1985).

<sup>8</sup> KNAVING, 2003.

<sup>9</sup> POLLOCK & CRUZ, 1999.

<sup>10</sup> ALSTON 1985, 2005.

Embora não vamos tratar especificamente desta questão aqui, coisas similares parecem ser ditas sobre o conhecimento, mais precisamente, no que se refere ao princípio de fechamento e é importante manter isso em mente. Na sua discussão sobre o contextualismo e ceticismo Cohen considera o seguinte princípio de fechamento: Se S sabe que P, e S sabe que P implica Q, então S sabe que Q.<sup>11</sup> Segundo ele: “é evidente que S pode não crer que Q ou S pode não crer que Q com base na implicação, mas S continuaria em posição de saber Q. Ou seja, tudo que S deveria fazer para saber Q seria crer com base na implicação”.<sup>12</sup> Neste caso, Cohen parece corroborar com a tese de que para saber que Q você precisa crer que Q com base nas boas razões que você possui para Q.

## **2 – Respostas tradicionais ao problema do Regresso Epistêmico: Fundacionalismo, Coerentismo e Infinitismo.**

Como vimos, a justificação doxástica parece ser parasitária da justificação proposicional. Como consequência, uma determinada crença de que P será doxasticamente justificada para S se e somente se S agir de uma forma responsável epistemicamente ao crer que P. Novamente, como já mencionado, acredito que o problema do regresso é um problema de ordem prática. Uma vez que – para um agente epistemicamente responsável – que procura por em prática o seu discurso, os fatores que irão constituir uma crença mantida de modo epistemicamente responsável dependerá sobre o que o agente entende ser requerido para uma proposição estar justificada para ele. Assim, cada teoria sobre justificação terá uma resposta diferentemente.

A teoria fundacionalista alega que a cadeia de razões tem início com uma crença capaz de justificar outras crenças, mas que não precisa, ela mesma, ser justificada, isto é, sua justificação não advém de nenhuma outra crença. Tais crenças são chamadas *crenças básicas* ou *não-inferenciais*. De acordo com esta teoria, uma cadeia de razões deve, em última análise, estar fundamentada por crenças básicas. Deste modo, o Fundacionalismo pretende parar o regresso das razões, alegando que existe um tipo particular de crenças, para as quais seria inapropriado pedir sua justificação. Conseqüentemente, de acordo com a proposta fundacionalista, uma crença é justificada, cabe salientar aqui, proposicionalmente se e somente se: primeiro, é uma crença básica, ou sua justificação se deve ao suporte oferecido por uma crença

---

<sup>11</sup> COHEN, 1999

<sup>12</sup> COHEN, 1999.

básica; segundo, é justificada por uma cadeia de razões que, por sua vez, é justificada por uma ou mais crenças básicas.<sup>13</sup>

Imaginemos o seguinte diálogo entre Sid e Sara, respectivamente um fundacionalista e uma cética. Imagine que Sid afirma crer que P e Sara questiona as razões que Sid possui para P. Sid oferece a razão R como suporte para P. Este processo continua por alguns minutos até que Sid oferece o que ele acredita ser uma crença básica, B. Como uma boa cética Sara pergunta sobre as razões de Sid para B. Sid, como um bom fundacionalista, responde que não há nenhuma razão disponível para B, ou melhor, B não necessita de razões para sua justificação. Uma crítica é lançada sobre o fundacionalismo a partir deste exemplo.<sup>14</sup> Um agente epistemicamente responsável, neste ponto da conversa, não ficaria satisfeito com a resposta de Sid. Suponha que sozinho, conversando consigo mesmo (sua consciência responsável) ele pense: “Sid isso parece misterioso, arbitrário. Por que pensar que parar em B é permitido quando por inúmeras vezes há razões?”. Sara teria colocado as mesmas questões, no entanto, ela é muito educada e dotada de um louvável bom senso. Mas Sid entende o problema, seria misterioso parar em B, ao menos, que Sid tivesse alguma razão para crer que B possui alguma propriedade, P, que confere justificação proposicional para B. Independente do que seja esta propriedade e assumindo que Sara conceda que B possui a propriedade P, ainda poderia ser colocada a seguinte questão: são as proposições com tal propriedade mais prováveis de serem verdadeiras? Aqui, Sid parece ter apenas três alternativas como resposta: (1) proposições com P não são prováveis de serem verdadeira, (2) a probabilidade de que proposições com a propriedade P sejam verdadeiras ou falsas é a mesma; (3) proposições com a propriedade P são mais prováveis de serem verdadeiras.

Parece que a única opção que interessa para Sid seria a opção (3), pois ele quer continuar a crer em todas as proposições sustentadas por B e para isso ele precisa assumir que proposições com a propriedade P são mais prováveis de serem verdadeiras. Conseqüentemente, ao querer agir de modo epistemicamente responsável, o que parece adequado em todos os sentidos, o objetivo de parar o regresso não foi atingido. O regresso continuaria, pois Sid parece ter localizado uma excelente razão para crer que P é verdadeira. Desse modo, o fundacionalista não é capaz de parar o regresso das razões. Pois, se Sid tem de ser epistemicamente responsável com as suas crenças, ele terá de oferecer uma razão para a crença de que B é verdadeira, o que nos mostra que o fundacionalismo não oferece uma adequada resposta para o problema do regresso.

---

<sup>13</sup> Alguns filósofos defendem que estados mentais advindos das minhas percepções, como no caso de minha sensação de dor causam a crença de que tenho dor e também a justificam.

<sup>14</sup> BONJOUR (1985) e KLEIN (2007).

O Coerentismo, ao contrário do Fundacionalismo, nega a existência de uma classe de crenças básicas. Grosso modo, ele sustenta a idéia de que uma crença é justificada em virtude do modo pelo qual ela se relaciona com as demais crenças do sistema de crenças de um agente doxástico. Mais precisamente, a justificação proposicional (suportada pela idéia de coerência) advém do apoio mútuo compartilhado entre as crenças que compõe um sistema coerente de crenças, como uma espécie de teia de razões, encerrando, assim, o regresso. Assim, de acordo com a visão coerentista todas as proposições de um sistema coerente, mantido por  $S$ , são justificadas por serem membros desse sistema coerente de proposições que, por sua vez, são o conteúdo das crenças mantidas por  $S$ . Neste caso, a propriedade  $P$  é dada a uma proposição simplesmente pelo fato dela ser membro de tal sistema. Poderíamos empregar a mesma idéia utilizada no exemplo anterior, para oferecer uma crítica à justificação doxástica oferecida pelo coerentismo. A probabilidade de que sistemas coerentes de proposições contenham membros verdadeiros é maior? Não obstante, as objeções mais comuns levantadas contra o Coerentismo são as seguintes: primeiro, ele apresenta uma má circularidade, pois, em última análise, ocorre uma petição de princípio (*question begging*) onde a crença de que  $P$  acaba servindo de suporte para ela mesma; segundo, a coerência de um sistema de crenças não é, sozinha, suficiente para garantir justificação, racionalidade. Assim, como o fundacionalista, o praticante coerentista não consegue adequadamente responder ao regresso.

Segundo Klein, o Infinitismo é a única visão capaz de reforçar a credibilidade de uma proposição (não-evidente).<sup>15</sup> A tese infinitista afirma que a cadeia de razões deve ser infinita e não repetitiva. Isso aplicado à justificação proposicional. Segundo esta tese, não há nenhum problema em considerarmos que para que  $P$  seja justificada proposicionalmente possa haver uma cadeia infinita de razões.<sup>16</sup> A intuição por trás dessa idéia é a de que, uma vez que a justificação pode dar-se em graus, quanto mais justificação uma crença obter melhor o status epistêmico que ela possuirá. Com relação à justificação doxástica, embora ancorada de certo modo na proposicional, ela não pode e não precisa ser infinita. Padrões determinados contextualmente determinam quando as razões oferecidas foram ou não

---

<sup>15</sup> Para uma adequada discussão sobre o infinitismo veja Peter Klein (1999, 2003, 2005a, 2005b, 2007).

<sup>16</sup> Klein utiliza uma série de pressupostos como o de prioridade epistêmica, que infelizmente não apresentaremos aqui. Para maiores detalhes, ver KLEIN, 2007.



suficientes.<sup>17</sup> Uma crítica que é normalmente disparada contra o infinitismo é que as proposições nunca estão justificadas adequadamente, já que a cadeia de razões é infinita e nunca pode ser completada.

Outro fato importante é o modo como, primeiramente, estas teorias concebem a justificação. Para o Fundacionalismo a justificação é transferencial, ou seja, ela é transferida inferencialmente através da cadeia de razões. No entanto, poderíamos questionar como, afinal de contas, o status justificatório foi introduzido nesta cadeia. A resposta fundacionalista é de que a crença básica, de alguma maneira, desempenha este papel. O Coerentismo e o Infinitismo possuem uma concepção diferente: para elas a justificação emerge a partir de uma cadeia de razões estruturada de um modo específico, ou seja, é o próprio fato de a cadeia de razões se encontrar nesta disposição que faz emergir a justificação para todas as crenças que pertencerem a tal cadeia. No caso do Coerentismo essa cadeia tem de ser coerente, isto é, onde todas as crenças gozam de um suporte mútuo. Já para o Infinitismo, essa cadeia tem de ser infinita e não-repetida.

Como podemos perceber, todas as teses apresentadas possuem problemas que parecem estar longe de serem resolvidos. Além disso, nenhuma dessas concepções oferece uma resposta apropriada para (i) e (ii).<sup>18</sup> Vejamos, agora, de que maneira uma teoria contextualista pode oferecer vantagens na explicação de tais problemas.

### **Contextualismo Epistêmico**

O que é o Contextualismo Epistêmico?<sup>19</sup> O termo ‘contextualismo’ diz respeito a um amplo escopo que abrange uma variedade de teses distintas. Evidentemente, tais teses possuem um ponto de partida comum, a saber, a intuição de que o contexto e os padrões por ele determinados desempenham um papel importante em determinar se um agente epistêmico possui, ou não, conhecimento. Esta idéia de dependência contextual para determinar os padrões para a justificação e, portanto, para o conhecimento, é entendida como peça fundamental no fornecimento de soluções para alguns dos problemas centrais da epistemologia, dentre os quais podemos destacar o problema gerado pelos paradoxos céticos, o problema da loteria, dentre

---

<sup>17</sup> Klein, 2007, responde ao argumento das mentes finitas e outros, bem como defende uma posição de crenças disposicionais.

<sup>18</sup> De maneira geral, a resposta oferecida para (ii) sempre se dá da seguinte maneira: o grau de justificação necessário é sempre tratado com a mais alta probabilidade estatística de condução a verdade.

<sup>19</sup> Daqui em diante, somente Contextualismo.

outros. Será, portanto, na tentativa de resolução desses e de outros dilemas epistemológicos que estas teorias começam a divergir entre si, assumindo características específicas.

Podemos, numa primeira aproximação, diferenciar duas formas principais de contextualismo, a saber, contextualismo semântico e contextualismo estrutural. Esta divisão se dá, pois a primeira forma de contextualismo tem sido acusada de não ser propriamente uma teoria epistemológica, enquanto que a segunda parece melhor se enquadrar em uma análise tradicional do conhecimento. O contextualismo semântico é a tese contextualista mais popular e possui defensores como S. Cohen, D. Lewis e K. DeRose. De acordo com estes autores, o contextualismo é a tese semântica de que atribuições de conhecimento – de instâncias da forma ‘S sabe que P’ – são, de modo muito particular, sensíveis ao contexto. Os autores variam no modo pelo qual esta sensibilidade contextual será explicada ou implementada. O contextualismo estrutural é uma tese menos popular e possui como principal proponente D. Annis. De acordo com a tese proposta por Annis, o contextualismo se apresenta como uma alternativa ao fundacionalismo e ao coerentismo. Annis propõe uma teoria contextualista sobre a estrutura das razões. No entanto, sua tese não é muito feliz, pois ele defende a idéia de crenças básicas, onde o contexto seria responsável pela sua basicidade.<sup>20</sup>

A tese contextualista que defenderemos possui características de ambas as teses mencionadas. Embora não seja uma tese semântica sobre atribuições de conhecimento e nem uma tese propriamente estrutural ela é consistente com várias teses sobre a estrutura da justificação e afirma que o contexto e os padrões determinados por ele se configuram como componentes importantes para a justificação. Uma vez que nosso objetivo principal é oferecer uma resposta adequada para o problema do regresso, assumiremos que o conceito de justificação, ou de se ter boas razões para crer numa proposição, é um constituinte fundamental do conhecimento. Nossa proposta é, portanto, que o contextualismo é capaz de oferecer uma resposta adequada para o problema do regresso, isto é, o fator que nos permite fazer tal parada no processo de dar razões é determinado *contextualmente* – o contexto determinará quando é, ou não, apropriado que se interrompa o regresso, bem como fornecerá o grau de justificação (padrões) requerida para que se saiba.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Não discutirei essas teorias contextualistas aqui, só as cito para distinguir o uso que farei do termo contextualismo.

<sup>21</sup> O tipo de contextualismo proposto aqui difere daquele contextualismo conversacional comumente conhecido e defendido por S. Cohen e K. DeRose. No entanto, podemos reconhecer um princípio em comum entre ambas as concepções, a saber, a idéia de que os fatores que explicam uma determinada

Assim, o contextualismo, como o entendemos, é a tese de que os padrões para justificação – que são geralmente de natureza social<sup>22</sup> – são determinados contextualmente.<sup>23</sup> O “contexto”, aqui referido, significa o *Contexto-Inquisitório*<sup>24</sup>, isto é, um contexto no qual um sujeito S é requerido a lidar com certas objeções levantadas contra quaisquer crenças que ele venha a possuir (mesmo que *sotto voce*). Mais precisamente, lidar com objeções levantadas implica estar apto a respondê-las, ou justificá-las. Deste modo, se S crê que P e objeções são levantadas contra P, S deve ser capaz de dar razões (justificar) em favor de P, sob pena de perder a crença e, portanto, conhecimento. O contexto-inquisitório também exerce a função de determinar o padrão de exigência requerido para a justificação de um sujeito. Normalmente esse padrão de exigência será determinado pelas características de certo grupo ou comunidade epistêmica da qual o sujeito faz parte. Vejamos um exemplo que parece suportar essa intuição.

Parece ser consensual entre os epistemólogos o fato de que a justificação epistêmica exibida por um sujeito S, como suporte para uma determinada crença P, pode ser dada em graus, isto é, a sustentação para a crença de que P pode ser maior ou menor, conforme a quantidade ou a força das razões que S possui para P. Além disso, a justificação para P também pode ser perdida, e isso pode ocorrer de diferentes maneiras.<sup>25</sup> Imaginemos agora o seguinte caso.

CASO 1: imagine dois indivíduos, A e B, que possuem a mesma crença de que P, “Gorduras-Trans provocam infarto”. O sujeito A encontra-se numa situação ordinária, não possui nenhum conhecimento especial sobre gorduras e suas ações nos organismos, no entanto, a sua crença de que P baseia-se no testemunho de um renomado médico que fora entrevistado num famoso Talk Show, televisionado por uma emissora local. Por sua vez, o

---

alegação ou atribuição de conhecimento são, de um modo particular, determinados contextualmente. A divergência entre estas posições dar-se-ia na explicação do funcionamento destes fatores contextuais.

<sup>22</sup> Ver COHEN, 1987. Neste texto ele apresenta um argumento convincente sobre o fato de o conhecimento ter um importante componente social, derivado da justificação. Em seu texto de 1978 D. Annis também oferece uma argumentação sobre a natureza social da justificação.

<sup>23</sup> Wittgenstein, em “Da Certeza”, também aponta para a importância contextual com relação à análise de proposições. Segundo ele, poderíamos nos enganar sobre “existe uma mão lá”, no entanto, somente em situações particulares isso seria impossível. Mesmo em cálculos pode haver erro, somente em circunstâncias determinadas não se pode. Wittgenstein ainda faz uma colocação mais importante: uma proposição deriva o seu status do seu contexto e não apenas do seu conteúdo.

<sup>24</sup> Pego emprestado este termo de D. Annis, e expressão original utilizada por ele é “*issue-context*”, traduzida por nós por “contexto-inquisitório”.

<sup>25</sup> Ver Peter Klein (1981), John Pollock (1974), Gilbert Harman (1980) e Cohen (1987), para uma discussão sobre anuladores.

sujeito B está prestes a receber um título de Mestre em Medicina. Na sua dissertação faz-se evidente sua crença de que P, uma vez que ela é uma premissa fundamental para sua tese. No entanto, o seu suporte justificacional para P é o mesmo suporte possuído por A, a saber, o testemunho do médico.

No CASO 1, podemos perceber uma dinâmica que está presente nas nossas práticas epistêmicas. Neste caso, particularmente, esta dinâmica se refere a nossa prática de atribuição ou negação de conhecimento. O contexto no qual o sujeito A está inserido representa o contexto ordinário. Neste contexto, caso P fosse objetado, a justificação que A possui para P seria adequada e suficiente para que contasse como um caso de conhecimento. E esta é uma intuição que queremos preservar, a saber, a intuição de que conhecemos muitas coisas que ordinariamente alegamos conhecer. Algo diferente parece acontecer com o sujeito B, que parece estar num contexto diferente, no qual os padrões necessários para justificação parecem ser significativamente mais rigorosos (podendo, estes padrões, tornarem-se tão rigorosos quanto às análises exigidas pelos céticos). Assim, quando o sujeito B é questionado sobre P, a justificação que ele possui parece não ser adequada, pois não satisfaz a exigência requerida no seu contexto para que seja conferido conhecimento a B. Mas é o “conhecimento” assim tão efêmero? Aceitando-se que a justificação pode ser dada em graus, podendo ser facilmente perdida, uma vez que ela é necessária para o conhecimento não vejo razão para não aceitar tal consequência.<sup>26</sup>

Neste caso, o Contexto-Inquisitório de A, compreende as pessoas do seu grupo ou comunidade epistêmica, a saber, o ‘senso comum’, que se engajaram em um processo de levantar objeções. Especificamente neste caso, apenas uma objeção foi levantada e, por sua vez foi respondida adequadamente mediante a exibição de uma razão. É possível que mais objeções pudessem ter sido levantadas? Evidentemente, seria muito provável que tal situação pudesse ocorrer, pois não existe um limite de objeções e respostas (razões) que devam ser atingidas. Contudo, somente o contexto é capaz de determinar apropriadamente esse limite. Tal limite é determinado pelo momento em que meus interlocutores se *satisfazem* com as minhas razões.

Neste caso, o sujeito A está justificado em crer que P, pois os padrões para o conhecimento requeridos nos seu Contexto-Inquisitório determinou o grau de justificação necessária para que A estivesse em posição de saber e, assim, sua crença de que P, poder ser tida como um caso de conhecimento. O Contexto-Inquisitório também permitiu que se interrompesse o regresso das

---

<sup>26</sup> David Lewis, no seu artigo de 1996, “Elusive knowledge” sugere uma idéia semelhante, embora ele não considere que a justificação seja necessária para conhecimento.

razões. Mas como? Devido ao fato de que não foram requeridas mais razões por parte dos objetores, pois as razões fornecidas foram suficientes para solucionar todas as objeções levantadas no determinado contexto, contexto esse compreendido pela capacidade normal de raciocínio do grupo social ou comunidade epistêmica da qual o A faz parte. Um problema poderia ser levantado aqui. Mesmo que, de acordo com o contexto, todas as objeções fossem satisfeitas, a última razão oferecida parece ser infundada, ou melhor, injustificada. O fato de que nenhuma razão a mais foi requerida, num dado contexto, não sugere que ela seja injustificada, apenas estabelece em que momento foi adequado ou apropriado interromper o regresso (pois os interlocutores foram satisfeitos) e isso, por sua vez, só foi possível contextualmente. Isso não significa que mais objeções e razões não pudessem ter sido realizadas.

Vejamus uma contundente crítica que pode ser levantada contra esta tese. Imagine um sujeito,  $S_a$ , que pertence a um grupo social ou comunidade epistêmica em que os padrões para justificação e, por sua vez, para o conhecimento são muito rigorosos. Neste contexto inquisitório não é atribuído conhecimento a  $S_a$  sobre uma determinada proposição P, pois  $S_a$  não satisfaz os padrões exigidos no seu contexto. No entanto,  $S_a$  poderia se dirigir a outro contexto inquisitório no qual os padrões para o conhecimento são menos rigorosos. Neste novo contexto inquisitório seria atribuído conhecimento a  $S_a$ , com relação a P, pois dado que os padrões são mais relaxados  $S_a$  conseguiria satisfazê-los (assumindo que as razões de  $S_a$  para crer que P se mantiveram as mesmas). O que a crítica contida neste exemplo afirma é o fato de que esta tese contextualista permitiria uma ambigüidade para o “conhecimento”, ou seja, cada contexto (devido aos diferentes padrões que os governam) operaria com um conceito de conhecimento diferente. Implicando ainda que se o nosso poder de raciocínio aumentasse ou diminuísse, o nosso conceito de “conhecimento” mudaria.

Como resposta a esta crítica sugiro que nos mantenhamos focados no conceito de justificação. Como já foi mencionado anteriormente é amplamente aceito na literatura epistemológica que justificação é dada em graus. Assim, é possível que uma dada crença, digamos P, possua mais justificação do que outra crença, digamos Q. E isso não implica que Q não possa contar como um caso de conhecimento apenas por não gozar da mesma quantia de justificação que P. Dado que justificação é uma condição necessária para o conhecimento e tanto P quanto Q são justificadas, no caso de satisfazerem as demais condições para o conhecimento, ambas podem ser casos de conhecimento. O que parece ser revelado por esta reflexão é que “possuir justificação”, ou “ter boas razões”, é tomado como algo que na

verdade significa estar “idealmente justificado”, que por sua vez, é extremamente ambíguo – já que não se tem um valor exato a que ela se refira. No entanto, é somente através do contexto, como o concebemos aqui, que podemos eliminar tal ambigüidade, pois é ele que nos fornece os padrões que precisam ser satisfeitos para que se saiba. Assim, a justificação emerge ou é atribuída para um conjunto, uma cadeia de razões – ou ainda para uma única crença – quando o contexto assim determinar.

No caso anterior, mesmo que o  $S_a$  se mova para um contexto menos rigoroso ele não poderia ser considerado como possuindo conhecimento de P. Não por que ele não satisfaz os padrões do contexto mais baixo, mas porque ele ainda terá presente (na mente) às objeções feitas pelo seu contexto original, o que impede de realmente conhecer P, a menos que lhe tivesse sido apagado da memória. No caso inverso, se  $S_a$  tivesse saído de um contexto mais relaxado – no qual ele satisfazia os padrões impostos por tal contexto e, portanto, tinha conhecimento – para um contexto mais rigoroso, no qual  $S_a$  não consegue satisfazer os padrões, a resposta seria claramente que ele não possui conhecimento justamente por não satisfazer os padrões impostos por este novo contexto.

Outra crítica que poderia ser feita contra o contextualismo é que ele não apresenta nenhuma alternativa com relação ao modo como a cadeia de razões deveria ser estruturada. Para entender melhor o contextualismo precisamos inverter a forma de como pensamos a estrutura das razões. Para o fundacionalista a estrutura é construída de trás para frente, ou seja, da crença básica (que representa o fim da cadeia e do regresso, mas o início da transferência de justificação) para a crença que agora preciso justificar (que representa o início da cadeia, mas o fim da transferência de justificação). Assim como o infinitista, o contextualista inverte essa estrutura. A estrutura é pensada da frente pra trás, ou seja, a partir da crença que agora preciso justificar (que representa o início da cadeia). Mas o que é realmente importante perceber é que ao inverter essa estrutura não podemos mais usar a metáfora da construção do saber como um edifício sendo construído da base ao topo. Para o contextualista, não importa se chegamos ao fim, pois a justificação é emergente, o contexto faz com que a justificação seja originada em uma determinada cadeia de razões configurada de uma maneira específica, não importando se essa cadeia é finita ou não, a única exigência é que não haja *question begging*. Acredito que a análise fundacionista sobre as crenças básicas – que originam a justificação e dão início a transmissão de justificação de forma inferencial – é incompatível com a idéia de que justificação admite graus. Como pode a justificação ser pensada dessa maneira se, para essa análise fundacionalista, a justificação apenas é

transmitida pela cadeia de razões? Não faria muito sentido dizer que ao longo do processo de transmissão da justificação, desde a crença básica, mais justificação poderia ser adicionada. Ou se tinha justificação desde a crença básica, ou não. O contextualismo, uma vez que faz o caminho inverso ao justificar, pode honrar esta intuição, pois quanto mais longa a cadeia de razões, maior será o grau de justificação alcançado. Assim, poderemos encontrar cadeias de crenças com mais justificação do que outras.

### **Considerações Finais**

Como vimos, as três teses predominantes na literatura, a saber, Fundacionalismo, Coerentismo e Infinitismo carregam problemas para os quais não oferecem respostas satisfatórias. A tese contextualista, apresentada neste artigo, oferece uma resposta adequada para problemas que suas teses rivais parecem não conseguir transpor, mais precisamente, oferece respostas adequadas para (i) e (ii), a saber, o contexto fornece uma explicação plausível acerca de como o regresso pode ser apropriadamente interrompido, ao mesmo tempo em que determina o grau de justificação suficiente para o conhecimento sem precisar se comprometer com nenhuma teoria específica sobre as estruturas das razões, isto é, ela não precisa de uma estrutura determinada – uma vez que a justificação é concedida pelo contexto.

### **Referências Bibliográficas**

- ALSTON, W. "Concepts of Epistemic Justification". In: *Monist*, vol. 68. Reprinted in CRUMLEY, ed., p. 177-193, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Beyond "Justification": Dimensions of Epistemic Evaluation*. Ithaca: Cornell University Press, 2005.
- ANNIS, D. "A Contextualist Theory of Epistemic Justification". In: *American Philosophical Quarterly*, 15, p. 213-219, 1978.
- AUDI, R. *The structure of justification*. New York: Cambridge, 1993.
- BONJOUR, L. *The structure of empirical knowledge*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- COHEN, S. "How to be a fallibilist". In: TOMBERLIN (1988).
- \_\_\_\_\_. "Knowledge, Contexts, and Social Standards". In: *Synthese*, V73, n 1, p. 3-26, 1987.
- \_\_\_\_\_. "Contextualist solutions to epistemological problems: Scepticism, Gettier, and the lottery". In: *Australasian journal of philosophy*, 76, 2, p. 289-306. 1998b, reimpresso em: SOSA e KIM, p. 517-530, 2000.

- \_\_\_\_\_. "Contextualism, Skepticism, and the Structure of Reasons". In: *Philosophical Perspectives*, 13, 62, 1999.
- \_\_\_\_\_. "Contextualism and skepticism". In: SOSA e VILLANUEVA, p. 94-107, 2000.
- CONEE, E. & FELDMAN, R. "Internalism Defended". In: *American Philosophical Quarterly* 38, p. 1-18, 2001. Reprinted in CONEE & FELDMAN, 2004.
- DEROSE, K. "Contextualism and knowledge attribution". In: *Philosophy and phenomenological research*, 52, n<sup>a</sup> 4, p. 913-929, 1992.
- \_\_\_\_\_. "Solving the skeptical problem". In: *Philosophical Review*, 104, 1, p. 1-52, 1995.
- FELDMAN, R. *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2002.
- \_\_\_\_\_. "Foundational Beliefs and Empirical Possibilities". In: *Philosophical Issues*, 14, Epistemology, 2004. Reprinted in CONEE & FELDMAN, 2004.
- LEWIS, D. "Scorekeeping in a Language Game". In: *Journal of Philosophical Logic* 8, p. 339-359, 1979.
- \_\_\_\_\_. "Elusive Knowledge". In: *Australasian Journal of Philosophy* 74, p. 549-567, 1996.
- POLLOCK, J. & CRUZ, J. *Contemporary Theories of Knowledge*. 2<sup>nd</sup> ed. New York: Rowman & Littlefield, 1999.
- \_\_\_\_\_. "Human knowledge and the infinite regress of reasons". In: *Philosophical Perspectives*, 13, J. Tomberlin (Ed.), p. 297-325, 1999.
- \_\_\_\_\_. "In/finiteism is the only solution to the epistemic regress problem". In: STEUP, M. (Ed.). *Contemporary debates in philosophy*. Oxford: Blackwell, 2005a, p.131-140.
- \_\_\_\_\_. "Human Knowledge and the Infinite Progress of Reasoning". In: *Philosophical Studies* 134, p. 1-17, 2007a.
- \_\_\_\_\_. "How to Be an In/finiteist about Doxastic Justification". In: *Philosophical Studies* 134, p. 25-29, 2007b.
- SOSA, E. "The Raft and The Pyramid". In: *Midwest Studies in Philosophy*, 5, p. 3-25, 1980.

EMAIL: tieguevieira@gmail.com

RECEBIDO: Maio/2011  
APROVADO: Setembro/2012